



□ Reunião de ontem na Procuradoria da República no Paraná.

Representantes de comunidades se reúnem na capital com presidente da Funai.

Fabiane Prohmann

Aproximadamente vinte representantes de comunidades indígenas e do governo estadual reuniram-se ontem pela manhã com o presidente da Funai na

sede da Procuradoria da República no Paraná, em Curitiba. Com uma lista com nove reivindicações, os índios esperam resultados. Se nada for acertado, eles prometem fazer novas manifestações, como a que promoveram na semana passada, quando mais de setecentos índios fecharam as rodovias BR-277 e PR-373.

As dezessete comunidades indígenas do Paraná, com um total de nove mil índios, divididas em caingangues, guaranis e xetás,

pedem a regularização fundiária das áreas de Boa Vista e Mangueirinha e a "terra prometida" dos xetás; a criação de um Fundo Nacional de Assistência e Proteção aos Povos Indígenas no Brasil; a obrigatoriedade do ICMS Ecológico referente às áreas indígenas, que seja de no mínimo 50% dos valores arrecadados; plano de construção de casas adequadas aos padrões indígenas; veículos para atender a comunidade, principalmente na área de saúde e

educação; solução dos problemas causados pelas rodovias, ferrovias e hidrelétricas que atingem as reservas; quitação das dívidas existentes efetuadas para atender necessidades primordiais das comunidades, como em medicamentos, alimentos e compras de combustível; e viabilização de recursos para uma agricultura rentável, para que a comunidade seja auto-sustentável no futuro.

Segundo o presidente do conselho indígena regional de Guaraçuva, Pedro Cornélio Seg Seg, não há grandes possibilidades de que as reivindicações sejam atendidas. "Já avisaram que o orçamento de 99 é pequeno, por isso há poucas esperanças", lamenta. Ele conta que a reserva de Guaraçuva está devendo mais de R\$ 6 mil. O total de dívidas das comunidades é de R\$ 131 mil, segundo Seg Seg, e de R\$ 122 mil, segundo a Funai. "Essas são dívidas em postos de gasolina, oficina e mercado, e há ameaças dos fornecedores em não vender mais para nós", conta.

Ele afirma que se nada for feito, outras manifestações devem surgir. "Os índios deram um alerta: nós não queríamos esse confronto com a Funai, que é um órgão de assistência nosso, mas temos cobrado ações, que param no chefe de gabinete, e ficamos sem respostas", explica o índio. Em todo o país são 3.030 índios, divididos em 215 etnias, falando 180 idiomas, em 556 áreas. Para atender a todos existe apenas doze médicos. "Queremos também a contratação de vinte agentes de saúde", acrescenta Seg Seg.

Para o chefe da Procuradoria Geral do Paraná, Mário Ghisi, as reivindicações não estão absurdas. "São exigências básicas, não há nada de extraordinário e todas podem ser atendidas", avalia. Ele diz que o papel do Ministério Público é de tentar criar uma possibilidade de entendimento entre as partes. "O MP vai acompanhar e fiscalizar o cumprimento das promessas feitas", avisa. (Fabiane Prohmann)

Funai toma as primeiras providências

De acordo com o presidente da Funai, Sulivan Silvestre Oliveira, algumas providências já estão sendo tomadas. "O Estado não pode mais dar tudo ao índio: não temos condições nem dinheiro para ficar numa ação assistencialista e paternalista", afirma. "O índio tem que se sustentar, para isso vamos criar condições para que ele possa viver com dignidade e preservando sua cultura."

Sulivan Oliveira afirma que até o fim de janeiro as dívidas do Paraná devem estar quitadas. "Queremos criar condições para que o índio possa trabalhar e ter seu sustento", diz.

Outra medida que deve ser tomada é desenvolver convênios de saúde e educação, em convênio com o governo do Estado e os municípios. Além disso oito viaturas foram doadas pela PM. "Esse problema já está resolvido", garante. Ele esclarece que o problema de débitos da Funai é geral em todo o País. "O índio não deve nada, quem deve é a Funai, e isso será pago até março", promete.

Para resolver essas questões pendentes, o presidente da Funai conta que está sendo concluído o Projeto Caminhar, financiado pelo Banco Mundial. Para o centro sul serão disponibilizados US\$ 30 milhões. "Cada associação indígena vai receber entre R\$ 70 a R\$ 80 mil, e com esse dinheiro a comunidade vai se sustentar", esclarece. Os recursos devem ser liberados até março.

Segundo Oliveira, as dificuldades nas aldeias indígenas vêm aumentando por causa do crescimento da taxa de natalidade. "A taxa anual dos índios é de 3,6", conta. "As dificuldades são maiores porque está havendo um aumento da população indígena." Quanto a possíveis manifestações, o presidente da Funai é categórico. "A Funai não compartilha e não aprova atos de violência e que prejudiquem a população em geral: cada um é responsável por seus atos, e terá que responder por isso", afirma. (FP)